

# Prospecção de Elementos Formadores de Atratividade Turística no Segmento de Turismo Cultural: Estudo de Caso no Município de Campo Mourão, PR

## Prospection of Formers Elements of Turistic Attractivity on the Cultural Tourism Segment: Case Study at Campo Mourão County, PR

Simone Vassallo Monteiro<sup>a\*</sup>

<sup>a</sup>Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão, SP.

\*E-mail: monteironovo@gmail.com

---

### Resumo

O objetivo deste trabalho é investigar elementos que possam integrar o segmento de Turismo Cultural no município de Campo Mourão, PR. O município em questão está localizado na mesorregião centro ocidental do Paraná e na microrregião de Campo Mourão, a qual está integrada à Região Turística da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão – Comcam. Trata-se de um trabalho de prospecção com o objetivo de acrescentar elementos que possam se somar aos atrativos turísticos do município objeto desta pesquisa. Este trabalho se constitui em estudo de caso e será empregado o método exploratório com abordagem qualitativa aplicando a entrevista como técnica de pesquisa. Os dados serão tratados de forma analítica descritiva. Os resultados obtidos até o momento são parciais.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Turismo Cultural. Atratividade.

### Abstract

*The object of this work is to investigate elements that can integrate the segment of Cultural Tourism at Campo Mourão County – PR. This county is located at Paraná western center meso region, which is integrated to the Tourist Region of Community of the Counties of Campo Mourão Region – Comcam. It is a prospection work that intends to attach elements that can add tourists attractives to the county object of this research. This work is a case study and the exploratory method will be employed with qualitative approach using interview as a research technique. Data will be treated in a descriptive analytics form. Up to this point, results obtained are partials.*

**Keywords:** Heritage. Cultural Tourism. Attractivity.

---

## 1 Introdução

O Turismo é uma atividade que remonta à época da Grécia Antiga e que por séculos veio sofrendo transformações e sendo aperfeiçoado, conforme a evolução da sociedade. Sendo assim, não podemos dissociar o turismo e sua evolução do contexto global, pois este sofreu os impactos tanto positivos quanto negativos das transformações ocorridas nas esferas política, econômica, social, tecnocientífica e cultural, que veio a permear toda a evolução da sociedade até os nossos dias, quando hoje, sendo importante vetor econômico, o turismo é pauta presente nas discussões político-econômicas de países considerados desenvolvidos.

Sabemos ser o turismo uma atividade na qual, para o seu exercício pleno, vários são os prestadores de serviço que estão envolvidos no processo. É notório, também, o fato de que o turismo é fonte profícua da geração de renda e emprego, bem como é causador da entrada de divisas estrangeiras para estados e municípios que desenvolvem, em seu território, esta atividade.

Em face de sua abrangência, a atividade turística perpassa por diversos segmentos, os quais atingem um público diversificado, em função de seus interesses, deslocando para os sítios uma demanda interessada nos atrativos

que ela lhe oferece. Como dito acima, a diversificação de segmentos possíveis à atividade incluem as seguintes categorias: atrativos naturais, histórico-culturais, eventos/acometimentos programados, realizações técnicas e científicas contemporâneas, manifestações e usos tradicionais e populares.

Contudo, não apenas a atividade se segmentou em função da transformação da sociedade, mas e, fundamentalmente, esta ocorrência se deu em função da demanda, do próprio homem e de suas necessidades. Em pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo e Instituto *Vox Populi* quanto aos Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro – 2009 (BRASIL, 2009), identificou-se que as viagens estavam se voltando, cada vez mais, para as experiências autênticas com interesse no contexto histórico e cultural das localidades visitadas, ficando este segmento em 3º lugar da pesquisa.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo investigar elementos capazes de se constituir em novas propostas para elaboração e desenvolvimento de atrativos turísticos para o município de Campo Mourão no segmento de Turismo Cultural.

## 2 Material e Métodos

A pesquisa foi iniciada com estudos exploratórios que,

segundo Cervo e Bervian (2002), têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno. Para tal, foram realizadas pesquisas bibliográficas em fontes secundárias, nas quais buscou-se o entendimento do estado da arte. O estudo se caracteriza como estudo de caso, que é o estudo profundo e exaustivo de determinados objetos ou situações e, embora flexível, não permite generalização dos resultados (DENCKER, 1998).

A pesquisa é de cunho descritivo em que se “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 66). Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa em que, segundo as palavras de Oliveira (2004), as pesquisas que dela se utilizam têm a facilidade de poder descrever a complexidade de uma hipótese ou problema, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupo sociais.

Como técnica de coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada por oferecer maior flexibilidade (CERVO; BERVIAN, 2002). O trabalho requereu pesquisa de campo em um segundo momento, por oferecer maior profundidade. Segundo Gil (2002, p. 53), ela “focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer, ou voltada para qualquer outra atividade humana”. Para tal, procurou-se entrevistar, em um primeiro momento, personalidade envolvida com a sociedade mourãoense na busca de fatos construtivos para a sociedade atual, e foi feita busca em fontes bibliográficas existentes no Colégio Anchieta, localizado no município de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro e pertencente à Companhia de Jesus, para procurar informações e conteúdos que pudessem ajudar no resgate histórico do município.

Como método para a avaliação dos elementos sinalizados, quanto ao seu valor de patrimônio cultural, serão levados em conta as conceituações e pressupostos determinados pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1999), por entender ser esta a Carta Magna do país e por que seu conteúdo também é privilegiado pelo Ministério do Turismo, sendo referenciado na fundamentação teórica.

O universo da pesquisa é o município de Campo Mourão, tendo seu foco no interesse dos elementos pertinentes ao patrimônio histórico cultural do município, sendo sua amostra aleatória, recorrendo-se a todo elemento que possa sinalizar ser constitutivo do patrimônio da comunidade.

Recorreu-se à análise de conteúdo por ser esta uma técnica mais direta e objetiva para a interpretação dos discursos, podendo ter sua aplicação em entrevistas (THEÓPHILO; MARTINS, 2009).

### 3 Resultado e Discussão

A história evolutiva do homem nos coloca diante de um desenrolar de atividades, necessidades e atitudes que foram se tornando cada vez mais complexas a cada passo dado na direção do desenvolvimento dele e, conseqüentemente, da

sociedade. As descobertas do homem, desde a Era Primitiva, registradas de modo ainda rudimentar, nos permitem, ainda hoje, por meio de estudos científicos, conhecer sobre aquelas primitivas civilizações e dela fazermos uso não apenas como peças ou artefatos científicos, mas, também, como forma de enriquecimento cultural. Essas marcas deixadas pelo homem na construção das sociedades, como hoje as conhecemos, com suas tradições, costumes, saber-fazeres, estilos e toda a sorte de bens considerados materiais e imateriais, são aqueles os quais o turismo irá se utilizar para a realização do segmento cultural da atividade.

A necessidade de conservação dos bens que conformam o patrimônio cultural datam do final do século XVIII, e se desenvolveu na França tendo como motivação a preservação de monumentos que exaltavam “feitos do passado” de forma a mantê-los vivos na memória de seus cidadãos (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

No Brasil, a tomada de consciência em relação à necessidade de salvaguardar o patrimônio cultural se deu na década de 1920. No entanto, seria em 1936 que, escrito por Mário de Andrade, o projeto que tratava do Patrimônio Artístico Nacional, no qual já estavam contemplados tanto os bens considerados materiais como os imateriais, viria a se tornar lei, em novembro de 1937, ano em que foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, chefiado por Gustavo Capanema (LEMONS, 1981).

Precedendo à história de “patrimônio”, no contexto das sociedades modernas, a de evolução do turismo começa a ser contada já na antiguidade clássica, muito antes dessa percepção da necessidade de preservação do patrimônio. E é desta maneira, portanto, que iremos construir este trabalho, unindo a evolução e a participação do Turismo e do Patrimônio Cultural nas esferas social, econômica, cultural e política para chegarmos ao que hoje conhecemos como Turismo Cultural, segmento nascido desses dois movimentos do contexto evolutivo das sociedades.

#### 3.1 Turismo: aspectos conceituais

De acordo com Boullón (2002, p. 20), o turismo não nasceu de uma teoria, mas sim “de uma realidade que surgiu espontaneamente [...]” e foi se desenvolvendo em função do avanço de outras descobertas e do próprio desenrolar na configuração das sociedades, que foram trazendo o progresso para estas como: a invenção da máquina a vapor, os aviões, a ascensão da classe média, a evolução dos sistemas de comunicação entre outros. Desta forma, o autor reafirma que o turismo não nasceu de uma teoria e sim da dinâmica na prática social, visto que o termo “teoria”, em sua origem, significa contemplação, ou segundo o dicionário Michaelis (2015) conhecimento que se limita à exposição, sem passar à ação, sendo, portanto, o contrário da prática.

Sendo o turismo uma matéria que perpassa diversas disciplinas, estas tentaram defini-lo sem no entanto conseguir

alcançar o seu propósito. Porquanto elas o fizeram à luz de “[...] aspectos muito específicos da atividade, e não a enfocam, portanto, na sua magnitude” (ACERENZA, 2002, p. 26).

Na tentativa de definir o turismo, tomou-se, como base de estudo, a etimologia da palavra *tour*, em que a palavra aparece na Bíblia – portanto de origem hebraica – quando do envio de representantes ao país de Canaã, por Moisés, para que o visitassem, com a função de trazerem informações sobre suas características.

Segundo Acerenza (2002, p. 31),

Parece que no hebreu antigo a palavra *tour* ou *tur* tinha o significado de ‘viagem de reconhecimento ou de exploração’, o que explica um sentido lógico de regresso ao ponto de partida e, talvez, nesse sentido, não seja diferente da conotação inglesa.

Outros estudos remetem à origem inglesa em que o termo *tour* significa “viagem circular, de volta ao ponto de partida” (ACERENZA, 2002, p. 30). Assim, na tentativa de se explicar conceitualmente o turismo, estudiosos vão se lançar a este propósito sendo somente em 1942 que uma definição proposta por Hunziker e Krapf é aceita pelos estudiosos da matéria, mas ainda é deficiente por não explicar, por exemplo a natureza dos deslocamentos e não oferecer explicação muito clara a respeito do significado do turismo para a sociedade (ACERENZA, 2002).

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) define turismo como as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao de seu entorno habitual, por período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios e outras.

No Brasil, com o estabelecimento do Ministério do Turismo, em 2003, e com a entrada em vigor da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, chamada de Lei Geral do Turismo, como disposto em seu Art. 2º, “[...] considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (BRASIL, 2008).

### 3.2 Evolução histórica do Turismo

Como bem colocado por Acerenza (2002), o desenvolvimento atual do turismo é o fruto evolutivo manifesto dos avanços da humanidade no transcorrer temporal. Sendo assim, é possível resgatar algumas evidências, desde a Antiguidade na qual, já na Odisséia – poema épico atribuído ao grego Homero –, já existem registros de viagens (deslocamentos) realizadas pelos gregos, festas religiosas em que eram realizados eventos esportivos, como as Olimpíadas, por exemplo. Contudo, é a partir do Império Romano que será possível identificar alguma similaridade com o que conhecemos hoje como turismo.

Como fenômeno, hoje observamos ser o turismo estreitamente ligado aos movimentos das sociedades, o que inclui a forma como se encontra a organização das sociedades

em seus aspectos quer sejam políticos, econômicos, sociais e ambientais. A *Pax Romana* e a segurança que eram dadas pelo Império dentro de seus domínios aos seus cidadãos, com mais um conjunto de construções em infraestrutura, permitiam aos cidadãos romanos, os quais dispunham de certo *status* e, portanto, tempo livre nos meses do verão, realizar consideráveis movimentos em direção ao campo, estações balneárias e termas, bem como visitavam templos e participavam de eventos religiosos e esportivos (ACERENZA, 2002).

Segundo Ito (2008), informações obtidas por meio de pinturas em azulejos, placas, vasos, mapas demonstram que os romanos iam à praia e spas, buscando divertimento (há registros pictóricos de moças usando biquíni, jogando bola na praia) e cura.

Com o fim do Império Romano, dá-se o início da Idade Média na qual a organização das sociedades, que antes estavam mais centradas nas cidades, passa a buscar o campo e uma nova organização é formada, baseada nos feudos pela busca de maior segurança em função da queda do Império Romano com a invasão dos chamados povos bárbaros.

A queda do Império Romano fez com que a segurança nas estradas ficasse sensivelmente comprometida, fazendo das viagens um perigo para aqueles que se propunham a tal evento. Dessa forma, as viagens começaram a ser organizadas em grupo buscando-se, assim, maior segurança, pois, é na Idade Média que as peregrinações à Terra Santa se destacam. Segundo Ito (2008), grandes expedições eram organizadas para visitação dos centros religiosos da Europa e para libertar Jerusalém do domínio dos árabes. Possivelmente tenham sido essas as precursoras das viagens de grupos.

Nos séculos que se seguiram entre a queda do Império Romano, século IV e o início da Idade Moderna, fins do século XV, numerosos registros foram encontrados sobre roteiros, um guia turístico do século XII, organizações de hospedeiros, a atividade impulsionando economicamente localidades, por meio de documentos que mostram como a atividade, apesar de não ser estruturada e organizada como a conhecemos atualmente, já existia em tempos remotos e já mostrava a necessidade do homem de se deslocar tanto para conhecer outros lugares a lazer, a negócios – pois este foi um importante motor para as viagens em face da necessidade que o homem tem de comercializar bens –, em função da religiosidade e dos eventos (MONTEIRO, 2005).

Na Idade Média, vamos ter a realização do *Grand Tour*, que era uma viagem realizada pelos filhos dos nobres europeus acompanhados de seus respectivos preceptores, com a intenção de proporcionar maior conhecimento e, portanto, fazendo parte da educação desses jovens (MONTEIRO, 2005).

Mas será a partir do século XVIII, em razão da Revolução Industrial, na Inglaterra e do século XIX, com Thomas Cook, que deu início ao turismo organizado como hoje o concebemos, e a partir dele e de outros ganhos como o

*traveller check*, o *voucher* e outros, que o turismo irá ganhar o *status* e a organização moderna, como hoje a conhecemos. Segundo Monteiro (2005), os ganhos obtidos com os inventos da Revolução Industrial tornaram possíveis ganhos no tempo-espaço, em comunicação, elementos importantes para a organização e realização da atividade.

Entre as duas grandes guerras mundiais, houve um arrefecimento da atividade, visto que esta tem sua relação direta com os movimentos sociais, como dito anteriormente, mas tomou grande impulso depois da Segunda Guerra Mundial (1945), pois inventos utilizados antes para a guerra passaram a ser utilizados no turismo, como por exemplo, os aviões (MONTEIRO, 2005).

Desde então, as atividades vêm se mostrando relevantes para o setor de serviços visto que sua contribuição às comunidades e também aos países, tem revelado significativas colaborações no que diz respeito à economia, e de forma contundente, no que diz respeito ao valor social e ao patrimônio ambiental e cultural das comunidades onde ocorrem.

### 3.3 A criação do patrimônio

Para o filósofo Max Weber, a ação social é povoada de intencionalidade, e entendendo-se o processo social ocorrido em fins do século XVIII, em que a Revolução Industrial e a Revolução Francesa foram fatos marcantes para profundas transformações sociais, a necessidade da preservação de símbolos nacionais que pudessem fortalecer e unificar, identitariamente todo um povo, mesmo reconhecendo-se a presença de grupos “sociais e étnicos” diversos, fez com que a preservação desses elementos simbólicos (patrimônio), passasse a ser “[...] uma construção social de extrema importância política”. Assim, busca-se a unificação por meio de um “idioma nacional”, de costumes e tradições nacionais, enfim, “de uma história nacional que se sobrepõe às memórias particulares e regionais” (RODRIGUES, 2003, p. 16). Esse processo legitima o Estado para que possa se estruturar e organizar enquanto poder superior, gestor dos interesses e bens da nação” (SOUZA, 2015).

Embora o termo “patrimônio” pudesse, em um primeiro momento, servir aos propósitos de afirmação identitária nacional, nota-se que ele referia-se mais propriamente ao patrimônio histórico arquitetônico – o que podemos entender, a princípio, como fator visual simbólico palpável e mais rapidamente apreendido pela população e, portanto, servindo aos propósitos políticos mais urgentes –, não abarcando o complexo contexto de construção de uma sociedade ou nação, pois não privilegiava outros bens como os imateriais e a cultura popular (SOUZA, 2015).

Porém, como a sociedade não é uma estrutura estática, imutável, mas um organismo vivo que se altera em função dos próprios movimentos internos e também dos externos a ela, a ideia ou o entendimento sobre o que vem a ser patrimônio deixa de ser apenas aquele relegado ao patrimônio arquitetônico e mesmo àqueles elitizados, reconhecidos por uma excelência

técnica, riqueza formal e complexidade simbólica (DURHAM, 1984), em que, em face das palavras da autora, pode-se captar o sentido de mercadização dado ao conjunto do patrimônio naquele momento para outro, reconhecido em tempos mais remotos pelas sociedades orientais, para as quais o valor do patrimônio material é colocado em relação ao processo de evolução social, no qual o saber, o conhecimento dão ao bem material em questão o tom valorativo e,

Procurava-se (e procura-se) entender o patrimônio cultural essencialmente como o processo de conhecimento e interação sociais, comuns às pessoas do grupo social, enxergando os aspectos materiais como consequências dessa construção cultural objeto de valorização e preservação.

Fazendo uma comparação entre as culturas – ocidental e oriental – vemos que o próprio nome que reconhecemos é o de patrimônio histórico e artístico, visto o entendimento destes como fatores para o sentido de nação que ora se fazia necessário.

### 3.4 Entendendo o patrimônio nas Américas

Promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA), a reunião ocorrida na cidade de Quito, Equador, em 1967 e que resultou no documento intitulado a Carta de Quito, dispõe sobre a necessidade de conservação e utilização desse patrimônio para fins econômicos “[...] se aceitando, implicitamente, que esses bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumentos de progresso”, devendo, também, integrar ações com o setor de Turismo (IPHAN, 1967, p. 1).

Anterior a esse movimento, o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos que teve lugar em Atenas, na Grécia, em outubro de 1931, o qual resultou na Carta de Atenas – documento que procura estender ajuda, com a colaboração entre os países participantes –, privilegia a proteção “a los monumentos de interés histórico, artístico o científico, y aprobó unánimemente la tendencia general que consagra en esta materia un derecho de la colectividad en contra del interés privado” (IPCE, 2015).

Enfatizando que as melhores garantias de conservação para o patrimônio são aquelas advindas do respeito e do afeto da sociedade, “a Conferencia” empenha seus votos na conscientização e educação de crianças e adolescentes em face da necessidade de conservação desses bens evitando-se, assim, a depredação do patrimônio e enaltecendo-se a importância deste.

De acordo com Neves (2003, p. 50-51), o termo patrimônio nos remete a algo que nos é dado por herança e, fazendo-se a ligação com “a noção de cultura, conclui-se que é um produto da cultura o que é herdado e transmitido de geração para geração”. Para o autor, cultura e patrimônio cultural têm fundamentos comuns, sejam eles: a materialidade e o simbolismo. Desta forma, na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, a Organização das Nações Unidas para

a Educação, Ciência e Cultura ( UNESCO), na declaração do México, em 1982, definiu patrimônio cultural como “as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular, e o conjunto de valores que dão sentido à vida” (NEVES, 2003, p. 51).

A definição dada a patrimônio cultural pela UNESCO, na declaração do México, coloca em voga um personagem que viveu na cidade do Rio de Janeiro e que escrevia seus versos nas paredes e nos pilares dos viadutos e que era conhecido por “Gentileza”. Era, a princípio, um anônimo, porém, seus versos e escritos povoam muitos pilares e paredes do centro da cidade do Rio de Janeiro, ainda hoje, surgidos da “alma popular”.

Feitas essas exposições, pela ampliação do entendimento do que vem a ser a riqueza patrimonial, adota-se o conceito mais abrangente de patrimônio cultural em que, pelo resgate temporal, no Brasil, temos que pelo 1º Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), ficou instituído o instrumento de tombamento, o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre outras providências.

### 3.5 O patrimônio no Brasil

Lemos (1981), nos conta que sempre que um ideal libertário era alcançado, as marcas ou lembranças dos povos, outrora opressores, eram arrancadas, destruídas e, ainda sim, mesmo depois com a República Nova, os bens patrimoniais continuaram em pleno abandono, sendo reclamados por uns poucos particulares intelectuais ou colecionadores que viam a necessidade de salvaguardar alguns monumentos arquitetônicos.

Embora, no Brasil, o projeto do escritor Mário de Andrade seja o mais conhecido por ter sido o mais completo e o pontapé inicial de todo o processo de proteção, guarda e preservação do patrimônio nacional, houve outros preservacionistas como o conde de Galveias, que em meados do século XVIII tentou evitar que o Palácio das Duas Torres, construído pelo conde de Nassau, se transformasse em quartel, e, para tal empreitada, deveriam ser feitas “adaptações” arruinando “uma memória que, mudamente, estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania” (LEMOS, 1981, p. 34-35). Outros como, Gustavo Barroso, no Rio de Janeiro, e Augusto de Lima, em Minas Gerais, foram pioneiros quanto à preservação de bens patrimoniais brasileiros, muito embora estes últimos tenham sido motivados por um interesse próprio, personalista, quanto a o que preservar (LEMOS, 1981).

Assim, a nação brasileira entra no século XX com alguns projetos que visam tratar da preservação do patrimônio brasileiro – por uma necessidade, por conta da instauração da República, de se ter elementos para uma unidade nacional, a exemplo da Europa –, até que, em 1936 com Mário de Andrade, o país, finalmente, recebe um projeto que procura

integralizar os bens, de forma ampla, reconhecendo as várias faces dos bens patrimoniais (LEMOS, 1981).

Ainda segundo o mesmo autor, o projeto previa a guarda do patrimônio ameríndio, objetos, formas rupestres, sambaquis, o *modus vivendi*; a arte popular; arquitetura, obras de arte, igrejas, ruínas, fortes, elementos ambientais, as manifestações populares, enfim todas e quaisquer manifestações de arte (LEMOS, 1981).

Àquela época não havia uma estrutura apropriada para se efetivar o projeto; foi quando, em 1937, tendo sido reorganizado o Ministério da Educação, tendo à frente Gustavo Capanema, cria-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, em fins de 1937, com o Golpe de Getúlio Vargas, é então oficializado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (LEMOS, 1981).

Fica assim definido pelo decreto acima citado que Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,

É o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (PELEGRINI FILHO, 1992, p. 43)

Avançando no tempo, em 1970, políticos e representantes de instituições culturais, presentes em um evento com o Ministério de Educação e Cultura, pela assinatura do Compromisso de Brasília, reconheceram a necessidade de agir conjuntamente com o órgão federal visando a proteção do patrimônio, assim como, a proteção da natureza. Porém, em um olhar mais próximo entende-se que, enquanto para o poder público a proteção era uma questão de economia, pois visava o viés mercadológico, parte da sociedade via como forma de manter a qualidade de vida, resultando nos movimentos ecológicos em meados da década de 1970 (RODRIGUES, 2003).

Desse processo resultou maior atenção da sociedade em relação à natureza, sendo entendida como o ambiente que congregava tanto as condições naturais quanto a memória da sociedade (RODRIGUES, 2003). Voltando-nos para a questão social, foi ainda em meados da década de 1970 que a expressão “Patrimônio Ambiental Urbano” tomou vulto e atentou-se, portanto, para a preservação dos bens culturais tomados em seu conjunto, dentro de centros urbanos (LEMOS, 1981, p. 45).

No contexto de conjuntos de centros urbanos brasileiros reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), e reconhecidos como patrimônio da humanidade, Ouro Preto (1980), Olinda (1982), Salvador (1985), São Luís (1997) são alguns exemplos concretos das ações de preservação de conjuntos urbanos (RODRIGUES, 2003).

Assim, a Constituição de 1988, nos artigos 215 e 216, amplia o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, ficando a denominação

de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional substituída por Patrimônio Cultural reconhecendo, assim, os “bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (IPHAN, 2016).

Segundo o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo-se:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1999)

Para Barroco e Barroco (2009, p. 90), a cultura é entendida como:

um complexo de aspectos espirituais, materiais e imateriais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade. Inclui as expressões criativas (história oral, linguística, literatura, artes cênicas, artesanato), as práticas comunitárias (métodos tradicionais de cura, celebrações), elementos materiais ou construídos (prédios, paisagens, artes, objeto, entre outros).

Para deixar clara a importância dos bens culturais de natureza imaterial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2016), institui que:

Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Visto que a ampliação do debate na esfera pública e o reconhecimento de que o patrimônio poderia contribuir fortemente com as receitas para o país, e em face dos estudos de mercado que apontavam a segmentação como o melhor processo para se trabalhar as várias possibilidades de ocorrência dentro do fenômeno “turismo”, o patrimônio cultural passa a ser estudado e considerado em sua individualidade e complexidade como um segmento próprio da atividade turística.

### 3.6 Turismo Cultural no Brasil

Afirmado que há uma “tentação” em se considerar tudo como turismo cultural, porquanto a cultura perpassa todas as atividades turísticas desenvolvidas, seja pela visita a um evento ou localidade, seja pela atmosfera percebida em um café de rua de determinado destino.

Richards (2009) ampara essas afirmações nas próprias considerações da Organização Mundial do Turismo (OMT), ao comentar sobre a amplitude da definição de turismo cultural ser quase tão vasta quanto à do próprio fenômeno

turístico, visto que, na percepção de alguns países, além do patrimônio arquitetônico e artístico, a gastronomia, lendas, movimentos religiosos, o *modus vivendi* das comunidades são considerados patrimônio cultural.

Em face dessas vastas concepções, a OMT detectou a necessidade de se buscar o cerne da atividade, ou seja, o real motivo que pudesse confirmar o propósito basilar, motivacional do deslocamento buscando detectar a cultura como essência. Fica, portanto, definido pela OMT que, turismo cultural é “o movimento de pessoas essencialmente por motivos culturais, incluindo visitas de grupo, visitas culturais, viagens a festivais, visitas a sítios históricos e monumentos, folclore e peregrinação (RICHARDS, 2009).

Afirmado que o homem, por natureza, é um ser social, Aristóteles já destacava a importância da construção das cidades, pois a cidade é uma realidade natural e o homem é por natureza um ser destinado a viver em cidades; aquele que não participa de uma cidade é, por natureza e não por acaso, um ser ou degradado ou superior ao homem (USP, 2016).

Distinguindo, particularmente, o que vem a ser o território – local de ocorrência do turismo – e o espaço, Santos (2002, p. 232-233), define o primeiro como “imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força”. O mesmo autor definiu o segundo como lugar onde atuam forças diversas cuja formação é desigual, onde a criação do espaço se dará em função de sua utilização pelo povo. E, para compreensão de lugar, é necessário entender o sentimento de vivência, de pertencimento àquele lugar.

Portanto, temos o lugar turístico formado pelo espaço e pelo território onde ocorrem as transformações realizadas pelas sociedades em razão de suas necessidades. Nessas, as formas, funções, estruturas e processos são alterados de acordo com as necessidades de cada época, transmutando a totalidade, quando utilizado pela atividade turística, proporciona uma nova utilização àquele bem, podendo gerar benefícios à comunidade detentora, calcada nos princípios da sustentabilidade na qual se baseia a atividade.

Alcançamos, dessa forma, a definição de Turismo Cultural que é dada pelo Ministério do Turismo, a qual

compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (BRASIL, 2006, p. 13)

Esta definição teve a contribuição do Grupo Técnico Temático de Turismo Cultural em reunião da Câmara Temática, em fevereiro de 2005.

Entendendo a abrangência do termo turismo e cultura, o Ministério do Turismo, juntamente com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “com base na representatividade da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional”, realizou uma releitura das atividades e suas características, a fim de proporcionar um pressuposto orientador “para a formulação de políticas públicas para o

segmento” (BRASIL, 2010, p. 14).

Deste detalhamento apreendeu-se que para as atividades turísticas compreendem-se as atividades de transporte, agenciamento, hospedagem, alimentação, recepção, eventos, recreação e entretenimento, além de outras atividades complementares. Enfatizam, também, a significância da vivência, o que eles traduzem como sentir, captar a essência (BRASIL, 2010).

Detalhando, também, o que para o Ministério do Turismo vem a ser considerado elementos integradores do patrimônio histórico e cultural temos que:

São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. (BRASIL, 2010, p. 16-17)

O Ministério também considera eventos culturais aquelas manifestações de caráter temporário, como: “eventos gastronômicos, religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, exposições de arte, de artesanato e outros”, incluídas ou não na categoria de patrimônio, consideradas por seu valor cultural (BRASIL, 2010, p. 17).

Pertinentes aos nossos interesses, temos que o objeto deste estudo apresenta elementos que são considerados bens patrimoniais, como museus e eventos culturais, como o festival de teatro, gastronomia, associações de artesãos, eventos religiosos, dentre outros elementos que são integradores do que o Ministério do Turismo entende como patrimônio histórico e cultural e que são elementos constitutivos do turismo cultural.

### 3.7 O município de Campo Mourão

Situado no terceiro planalto ou Planalto de Guarapuava e pertencente à mesorregião centro-ocidental paranaense, o município de Campo Mourão integra, ainda, a Região Turística da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, da qual fazem parte 25 municípios que se dividem em duas microrregiões que se denominam: microrregião de Campo Mourão e microrregião de Goioerê.

Segundo Souza e Borsato (2012), a economia do município é fundamentalmente baseada na agricultura moderna, sem emprego da irrigação, na qual os principais produtos são a soja e o milho.

Para o setor de serviços, conforme o Caderno Estatístico do município de Campo Mourão, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes, 2015), com dados de 2013, o setor de serviços do município também sinaliza a presença de serviços de hospedagem e alimentação demonstrando, assim, a importância econômica do setor de turismo dentro da economia do município e sobre o qual trata-se a seguir.

Segundo o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas

(ITCF) (1987, p. 5), instituição ligada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, a região noroeste onde se encontra o atual município de Campo Mourão, “foi a primeira a ser visitada, conhecida e explorada, em todo o território da antiga e depois Quinta Comarca da Capitania de São Paulo”.

Corroborando com Veiga (1999), o ITCF (1987), afirma que já no início do século XVI, bandeirantes paulistas fizeram incursões pelo sertão paranaense utilizando-se do Caminho de Peabirú ou São Tomé – nome dado em razão da entrada dos missionários espanhóis jesuítas na província de Guaíra em 1610, que se teve como percorrido por São Tomé –, e também da navegação fluvial pelos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí e Piquiri.

O Caminho de Peabirú era possuidor de dois ramais, um chamado de linha-tronco indo de São Vicente, Piratininga, Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí, Piquiri e o outro itinerário que, seguindo pelo Tietê, “atravessava o Paranapanema, nas proximidades da foz do rio Pirapó, subia pela margem deste em direção ao Ivaí,” atravessando o Ivaí “pouco acima do rio da Guia” e pela margem esquerda do rio principal, pelo qual atingia-se o atual município de Campo Mourão (ITCF, 1987, p. 5).

Segundo Martins (ITCF, 1987), durante o século XVI, transitaram por esse caminho, entre pessoas e expedições, D. Alvaro Nuñez Cabeza de Vaca, em 1541, governador do Paraguai; Johan Ferdinando, em 1549; Ulrich Schmidel, em 1553; Padre Leonardo Nunes, missionário; Juan de Salazar de Espinosa; Ruy Diaz Melgarejo, em 1556; entre outros. No entanto, estes não foram os primeiros a cruzarem a região, pois esta já era conhecida pelos “ameríndios pré-colombianos nas suas andanças pelas trilhas do caminho de Peabirú” (VEIGA, 1999, p. 27).

A entrada da Companhia de Jesus irá promover a criação das reduções jesuíticas, na província de Guaíra, em 1610, quando o governo paraguaio detinha o poder legal e de fato dessas terras. No entanto, a posse destas terras foi considerada uma “invasão” dos espanhóis das terras da futura província do Paraná e que se deu em razão do equívoco na divisão das terras propostas no Tratado de Tordesilhas, em 1494 (ITCF, 1987). Segundo o mesmo instituto, o conflito que vai ser gerado após a constatação do pertencimento dessas terras à coroa portuguesa e não à coroa espanhola, vai refletir nas ações jesuíticas de catequese e de povoamento da América, particularmente, na província de Guaíra.

Para o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (1987, p. 7), é a partir dos séculos XVI e XVII, que se encontram elementos para traçar as raízes da história do município de Campo Mourão, “encerrados na epopeia das reduções jesuíticas e na ação devastadora das bandeiras paulistas que singraram o sertão, no curso de mais de duzentos anos”.

Foi então, depois da segunda expedição “aos sertões de Tibagi”, o primeiro batismo que estas terras iriam receber: Campos do Mourão, nome dado em homenagem ao governador

da província de São Paulo no ano de 1765 a 1775, Capitão-General D. Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão (ITCF, 1987), embora os espanhóis já tivessem passado por essas terras no século XVI, quando então vindos do oeste (Ciudad del Guairá), na direção leste, depararam-se com o “Campo Aberto Bordado de Araucárias” (VEIGA, 1999, p. 27).

Mesmo tendo sido descoberto em 1561, a primeira “posse efetiva desse campo, em mãos paranaenses”, vai se dar em 1880, pelas iniciativas do Comendador Norberto Mendes Cordeiro (VEIGA, 1999, p. 28).

A partir de 1880, o município que viria a ser Campo Mourão tem seu povoamento iniciado por expedicionários vindos de Guarapuava com a proposta de criar gado bovino sendo requerida, legalmente, em 1892, a posse de uma área de 60 mil hectares por diversas famílias, entre elas a de Cesário Manoel Santos, Bento Gonçalves Proença, Américo Pereira Pinto, Guilherme de Pala Xavier – cada hectare possui 10.000 metros quadrados – sendo este o primeiro documento oficial de posse de terras particulares do futuro município de Campo Mourão (VEIGA, 1999).

Embora muitas famílias tenham requerido a posse da terra, apenas Jorge Walter, que deixou numerosa família, se fixa nestas terras e inicia o trabalho de colonização financiado por fazendeiros de Guarapuava. Porém, a efetiva ocupação com moradia habitual, só se concretizou, a partir de 1903, com a chegada dos irmãos Pereira que vieram com suas famílias, construíram casas e benfeitorias, dedicando-se à agricultura e à pecuária (VEIGA, 1999; ITCF, 1987).

Já nas primeiras décadas do século XX, Campo Mourão passa a ser Patrimônio do Distrito de Guarapuava e, em 1942, o processo é anulado pelo interventor Manoel Ribas por haver divergências demarcatórias em registros cartográficos e, em 1943, Campo Mourão passa a pertencer ao município de Pitanga (VEIGA, 1999).

No dia 10 de outubro de 1947, o município teve sua emancipação econômica e política pela Lei nº 02/47, sancionada pelo governador Moysés Lupyon. O primeiro prefeito foi o Sr. José Antônio dos Santos e o primeiro prefeito eleito, o Sr. Pedro Viriato de Sousa Filho.

### 3.8 Jesuítas: filosofia e política

Tendo sido fato marcante a vinda dos jesuítas para a região da província do Guairá, como também para toda a Região Sul, estendemos nossas pesquisas ao município de Nova Friburgo, localizado na Região Serrana I do estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de buscar informações sobre o trabalho da Companhia de Jesus por meio de documentos ou registros em posse do Colégio Anchieta, fundado por padres e irmãos jesuítas, o qual teve seu início em 12 de abril de 1886 (COLÉGIO ANCHIETA, 2015).

A recepção foi feita pela diretora de Cultura e Artes do Colégio, Sra. Jane Ayrão, que fez o guiamento pelo Museu do Colégio e outras alas que são também preparadas para a visitação. No referido Colégio encontrou-se obra sobre todo o

trabalho e direcionamento da Companhia de Jesus, no Brasil. A obra, composta por três volumes, sendo um dedicado a índice onomástico, e os outros dois contam muito da história do nosso país, no início do seu descobrimento e a ocupação pelos espanhóis e portugueses, contada pelos próprios jesuítas, vai tratar de interações políticas e religiosas, questões jurídicas e também sobre os indígenas, relatando aspectos do *modus vivendi* destes que foram os primeiros habitantes do nosso território e seus aldeamentos.

Neste primeiro momento, visto o alcance da obra, não foi possível buscar elementos sobre os aldeamentos indígenas, porquanto estes se encontram em outro volume que não estava disponível no momento. Mesmo assim, pudemos obter informações sobre a forma como os jesuítas tratavam a educação o estudo das Humanidades começou em 1550, com rudimentos do latim no colégio Menino Jesus, na Vila de São Vicente, indo até a Colônia do Sacramento, ao Sul, no Rio da Prata (LEITE, 2004).

Neste volume também encontramos atos jurídicos, entre os quais, “sob o aspecto religioso, catequético e humano, a Bula de Paulo II, de 1537, em que declara os naturais da América seres racionais, como todos os outros homens e, portanto, dotados de liberdade e hábeis para receber a fé” (LEITE, 2004, p. 65). Importante, ainda revelar sobre o sistema filosófico-teológico da Companhia de Jesus, o do livre-arbítrio, “em que defende a liberdade, princípio revolucionário fecundo, sem dúvida, mas a que logo unia outro de caráter conservador: toda autoridade vem de Deus, todavia quem a recebe diretamente não são os reis, senão o povo, onde se conserva estável” (LEITE, 2004, p. 121).

Ainda falando sobre a liberdade dos indígenas, chama a atenção o referido “Caso de Consciência” que, no parecer do Padre Manoel da Nóbrega, não existiam povos que nasceram para a escravidão, “mas indivíduos que por extrema necessidade podiam perder a liberdade” (LEITE, 2004, p. 65).

Interessante observar que os princípios fundamentais, como a vida e a liberdade e o próprio indivíduo já eram considerados, em face das colocações de Leite (2004, p. 65), nas quais ele escreve que “Segundo os tratadistas, a “liberdade” era um bem do indivíduo; a “vida” do indivíduo um bem maior; e só por “extrema” necessidade se podia perder a “liberdade” para assegurar a “vida”.

Nesse livro constam relatos sobre o ingresso na vida militar dos indígenas e sobre o acolhimento e a hospitalidade deles, além da grande ênfase no ensino.

### 3.9 Campo Mourão do século XX

Ao chegarmos ao século XX, buscamos trazer o resgate vivo do município de Campo Mourão por um de seus residentes que, embora não se considere um pioneiro, contribuiu, entre os anos de 1973 e 1977, para o desenvolvimento deste município.

Dr. Renato Fernandes Silva foi o mais novo advogado de sua época no município de Campo Mourão, que contava ao todo com cinco profissionais do Direito. Chegou ao município



em 1960 e, conforme suas palavras, a partir daquela época, “tudo que aconteceu aqui fui testemunha, participante ou autor de grande parte do acervo histórico e até cultural que tem Campo Mourão”. Dr. Renato foi prefeito do município de Campo Mourão entre 1973 e 1977.

Nosso entrevistado comenta que nessa época (1960), o município tinha treze anos, pois sua emancipação se deu em 1947, e se recorda que sempre que se falava em Campo Mourão, inclusive fora do município, referia-se como “Cidade Criança” e que ainda iria crescer muito e, que na época, o município contava com muitos migrantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e outros do Nordeste.

Como esta pesquisa procurou identificar novos elementos que possam contribuir com o turismo cultural do município surgiu o interesse em relação aos imigrantes. Segundo Dr. Renato, lembra-se de que o município contava com muitos “ucraínos”, poloneses e poucos japoneses e os antigos pioneiros que, de acordo com o contexto histórico resgatado neste trabalho, eram guarapuavanos.

Em relação à gastronomia, o entrevistado recordou-se de quando os municípios de Luiziania e Farol pertenciam a Campo Mourão, onde encontravam-se também muitos mineiros e nordestinos. Na opinião dele, estes deixaram algum legado, mas “não foi uma coisa acentuada”, porém, não observamos, neste contexto, na sua fala, uma relação mais direta com o município de Campo Mourão, mas sim uma visão mais regionalizada.

Quanto ao legado que os ucranianos deixaram no município, Dr. Renato considera que “seria o aspecto cristão: são devotos, são católicos e eu em recordo quando foi nomeado Bispo da Igreja Ucrânia Dom Efraím Basílio Crevey, foi na época que eu era prefeito [...], quando ele veio pela primeira visita como Bispo Mourão e eu o saudei [...] e aquilo me deu uma sensação prazerosa [...]”.

Em relação ao turismo em Campo Mourão, questionou-se se o segmento de maior expressão seria o de turismo religioso. Em resposta, o entrevistado disse que as coisas precisam acontecer por sua “vocação própria” e que “existe uma pequena vocação para o turismo religioso [...], mas é preciso que essa vocação seja alimentada”. Ele cita a Rota da Fé, celebrações que ocorrem no município de Lunardeli, e na Vila Urupê, em Campo Mourão, onde está o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, para ele “se alguém fez uma promessa para N. S. Aparecida, não precisa ir lá em Aparecida para pagar; basta ele pagar essa promessa, essa intenção que ele fez aqui na Igreja que tem o mesmo valor”. Considerou que o turismo religioso em Campo Mourão se “mais acionado, mais alimentado, vai ser bonito”.

No tocante aos indígenas, nosso entrevistado não tinha nenhum conhecimento, pois quando de sua chegada aqui, em 1960-1961, já não existiam mais. No entanto, ouviu dizer que nas proximidades de Monte Verde, Pensamiento, nas localidades circunvizinhas, existiam, mas ele não os conheceu.

Quando perguntado sobre o maior bem patrimonial do

município ele foi direto e objetivo: a criação da FECILCAM, dando foco e relevância à educação superior no município. Atualmente, a instituição anteriormente mencionada é a atual Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *Campus* de Campo Mourão.

Nos esportes, lembrou-se das competições de futebol com times dos municípios próximos à Campo Mourão e a construção do “Ginásio”, ainda no seu governo, que deu grande impulso aos esportes. Este ginásio, com quase cem metros de vão livre, foi construído com o intuito de sediar os Jogos Abertos de 1976, o que ocorreu.

Ainda questionado sobre o turismo e o que poderia ser um diferencial turístico para o município, segundo sua visão, seria o evento do Carneiro no Buraco.

Lembrando-se de fatos marcantes do município e, que ocorreram durante sua gestão como prefeito do município, este se recorda da geada de 1975, que dizimou os cafezais, “[...] geada terrível, naquele dia o Governador era Jayme Canet”; visitou o Município e a Coamo, com palavras de incentivo. Então veio a cultura da soja.

Lembrando-se de fatos importantes como o lançamento nacional do Programa Nacional de Combate à Erosão, para o qual vieram os governadores Jayme Canet e o ministro da Agricultura da época, Alisson Paulinelli, em que determinou-se “até a data da inauguração do Prosolo no Brasil inteiro”. No entanto, com a sua saída da prefeitura e, segundo suas próprias palavras, o “Prosolo desapareceu, não fizeram nada, tá lá só o monumento. Tem uma placa lá...”.

#### 4 Conclusão

Embora este estudo não se esgote com estas informações, pois são apenas as primeiras prospecções, pode-se observar que o município de Campo Mourão possui um histórico a ser resgatado e que pode se encontrar em outros municípios brasileiros e que podem contribuir, consistentemente, com o turismo cultural do município.

Observando-se atentamente, em relação aos segmentos turísticos mencionados até aqui, percebe-se a vocação do município para o turismo religioso. No entanto, é preciso atentar que existe um histórico recente sobre os esportes e da passagem e vinda de personalidades ilustres das décadas de 1960 e 1970 o que demonstra que Campo Mourão já era um município de referência para a região onde se insere e, por estes fatos, esta pesquisa não se esgota com estes primeiros resultados.

#### Referências

- ACERENZA, M.A. *Administração do turismo: conceituação e organização*. Bauru: Edusc, 2002.
- BARROCO, H.E.; BARROCO, L.M.S. Tradição, bens culturais e tecnologias. In: CAMARGO, P; CRUZ, G. (Org.). *Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: Editus, 2009, p.89-105.
- BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República

- Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1998.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 25*, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em 21 abr. 2015.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Lei nº 11.771*, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm). Acesso em: 17 maio 2015.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação. *Turismo Cultural: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Segmentação do turismo: marcos conceituais*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Pesquisa revela hábitos de consumo do turista brasileiro*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/4286-pesquisa-revela-habitos-de-consumo-do-turista-brasileiro.html>. 2009. Acesso em: 19 jan. 2016.
- BOULLÓN, R.C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: Edusc, 2002.
- CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. *Metodologia científica*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- COLÉGIO ANCHIETA. Rede Jesuítica de Educação. *História*. Disponível em: <http://www.colegioanchieta.org.br/historia.html>. Acesso em: 6 set. 2015.
- DENCKER, A.F.M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.
- DURHAM, E.R. Cultura, patrimônio e preservação. Texto II. In: ARANTES, A.A. (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense: 1984. p.23-34.
- GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Caderno Estatístico Município de Campo Mourão*. Set. 2015. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87300>. Acesso em: 07 set. 2015.
- IPCE. Instituto del Patrimonio Cultural de Españã. *Carta de Atenas, 1931*. Disponível em: [http://ipce.mcu.es/pdfs/1931\\_Carta\\_Atenas.pdf](http://ipce.mcu.es/pdfs/1931_Carta_Atenas.pdf). Acesso em: 6 maio 2016.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Normas de Quito*. 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 6 maio 2016.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio Imaterial*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 19 jan. 2016.
- ITCF. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná. *Campo Mourão*. 1987.
- ITO, C.A. Evolução histórica do turismo e suas motivações. *Revista Tópos*, v.2, n.1, p.123-141, 2008.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LEMOS, C.A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- MICHAELIS. Dicionário de português online. *Significado de "teoria"*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=teoria>. Acesso em: 17 maio 2016.
- MONTEIRO, S.V. *Análise da potencialidade turística do litoral e centro urbano do Município de Rio das Ostras RJ: um estudo de viabilidade para formação de cluster turístico*. 2005. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2005.
- NEVES, B.A.C. Patrimônio cultural e identidades. In: MARTINS, J.C.O. (Org.). *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca, 2003. p.49-61.
- OLIVEIRA, S.L. *Tratado de metodologia científica: projetos, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.
- PELEGRINI FILHO, A. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1992.
- RICHARDS, G. Turismo cultural: padrões e implicações. In: CAMARGO, P.; CRUZ, G. (Org.). *Turismo cultural: sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: Editus, 2009. p. 25-48.
- RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P.P.; PINSKY, J. (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2003. p.15-26.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SOUZA, C.G.G. Patrimônio Cultural: o processo de ampliação de sua concepção e suas repercussões. *Revista dos Estudantes de Direito da UnB*, Brasília, v.7, p.5-21, 2015.
- SOUZA, J.F.; BORSATO, V.A. Caracterização bioclimática de Campo Mourão. *Revista Geonorte*, v.1, n.5, p.88-98, 2012.
- THEÓPHILO, C.R.; MARTINS, G.A. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2009.
- USP Universidade de São Paulo. *A condição humana*. Disponível em: <http://www.filch.usp.br/dh/heros/humancondition/textos/politikos.html>. Acesso em: 19 jan. 2016.
- VEIGA, P. *Campo Mourão: Centro do progresso*. Maringá: Bertoni, 1999.
- ZANIRATO, S.H.; RIBEIRO, W.C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Rev. Bras. Hist.*, v.26, n.51, 2006.